



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 27/2023

Período: 29/07/2023 - 04/08/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- CPMI investigará supostas tentativas de ocultação financeira por parte do tenente-coronel Mauro Cid
- 2- Em entrevista, general do Exército reafirmou caráter apolítico da instituição e defendeu investimentos estratégicos
- 3- Construção do primeiro submarino nuclear custará bilhões, afirmou almirante
- 4- Inquérito militar apontou erros do GSI no 8 de janeiro
- 5- Ex-diretor da Abin declarou ter alertado GSI sobre possibilidade de atentados em 8 de janeiro
- 6- General Gonçalves Dias depôs na CPI do MST
- 7 - Investigação militar apurou transgressão disciplinar de sargento presente na invasão de 8 de janeiro
- 8 - Aeronaves da FAB foram utilizadas por ministros para viagens a seus estados
- 9 - MPF busca reverter extinção de indenização contra coronel Ustra

1- CPMI investigará supostas tentativas de ocultação financeira por parte do tenente-coronel Mauro Cid

De acordo com uma matéria publicada no periódico *Correio Braziliense*, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) encarregada de investigar os ataques ocorridos em 8 de janeiro de 2023 tem concentrado suas diligências no então ajudante de ordens do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), o tenente-coronel do Exército Mauro Cid. O colegiado examinará o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que aponta movimentações financeiras atípicas no valor de R\$ 3,2 milhões nas contas do militar. Essas transações ocorreram entre julho de 2022 e janeiro de 2023, num período de sete meses. As informações foram enviadas à CPMI pelo Coaf após requerimento do senador Jorge Kajuru (PSB) com o intuito de averiguar a possível participação financeira de Cid nos atos golpistas e se houve mobilização de recursos internacionais. Além disso, a reportagem mencionou que outro requerimento do senador está pendente de votação, para convocar o irmão do militar, Daniel Barbosa Cid, que reside atualmente nos Estados Unidos. Segundo o relatório do Coaf, Daniel Cid movimentou R\$ 1,4 milhão em débitos e R\$ 1,8 milhão em créditos no período analisado, o que é incompatível com seu salário bruto de R\$ 26.239,00. Segundo reportagem publicada pelo jornal *O Estado de*

S. Paulo, o ex-ajudante de ordens Mauro Cid realizou uma remessa considerada "atípica" de R\$ 367.374,00 para os Estados Unidos em 12 de janeiro, enquanto ele e o ex-presidente estavam no país. Essas movimentações levantaram suspeitas de lavagem de dinheiro e tentativa de ocultação de patrimônio, de acordo com o Coaf. O *Estado* informou que a CPMI terá a tarefa de examinar minuciosamente toda a documentação fornecida pelo Coaf, com o objetivo de verificar se as movimentações financeiras "atípicas" têm alguma relação com os atos golpistas de 8 de janeiro. Isso inclui investigar as origens dos depósitos na conta de Cid e para onde os recursos foram direcionados. O relatório também destacou transferências feitas pelo sargento do Exército Luiz Marcos dos Reis, uma pessoa de confiança de Bolsonaro, no valor de R\$ 70 mil, bem como outras transações envolvendo um "ourives", um "caixeiro-viajante" e um tio da esposa de Cid, embora não haja investigações específicas direcionadas a essas pessoas, conforme noticiado. Ainda segundo O *Estado*, a base do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, estaria montando uma nova estratégia para auxiliar nas investigações direcionadas ao tenente-coronel, que se recusou a responder perguntas na CPMI do 8 de janeiro. Um requerimento para convocar o segundo-tenente do Exército Osmar Crivelatti, considerado próximo de Cid, foi apresentado. Pretende-se ouvi-lo como testemunha para evitar que possa permanecer em silêncio. Crivelatti foi coordenador administrativo da Ajudância de Ordens da Presidência na gestão Bolsonaro e atualmente é um dos assessores pessoais do presidente Lula. Já o periódico *Folha de S. Paulo* relatou que a CPMI aprovou em 03/08/2023 a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Mauro Cid. Segundo a reportagem, também foi aprovada a quebra dos sigilos telefônico e telemático de outros militares: o general Carlos José Russo Assumpção Penteado, ex-número dois do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no dia 8 de janeiro; o general Carlos Eduardo Feitosa Rodrigues, que era então chefe da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI; o coronel do Exército Wanderli Baptista da Silva Junior, diretor do Departamento de Segurança Presidencial (DSeg); o major do Exército José Eduardo Natale, que integrava a equipe do GSI, era o responsável pela segurança do Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro e que foi visto entregando água para os golpistas que estavam próximos ao gabinete presidencial durante a invasão; e o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do Comando Militar do Planalto. A reportagem ainda relembrou que os militares do GSI investigados haviam integrado a equipe na gestão do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, durante a presidência de Bolsonaro, e foram mantidos em suas funções no início do governo do presidente Lula pelo então chefe do gabinete, general Marco Edson Gonçalves Dias. (Correio Braziliense - Política - 29/07/23; Folha de S. Paulo - Política - 04/08/23; O Estado de S. Paulo - Coluna do Estadão - 29/07/23; O Estado de S. Paulo - Política - 29/07/23)

2- Em entrevista, general do Exército reafirmou caráter apolítico da instituição e defendeu investimentos estratégicos

Em entrevista para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general Fernando José Sant'ana Soares, chefe do Estado-Maior do Exército, afirmou que a instituição é apolítica e apartidária, e que pretende continuar dessa forma. Ele destacou que a Defesa tem duas preocupações ao lidar com entes externos: capacidade de

dissuasão e autonomia decisória, independentemente de pressões externas. O periódico ressaltou que o governo federal planeja destinar R\$ 1,5 bilhão para projetos estratégicos do Exército em 2024, incluindo expansão do sistema de monitoramento das fronteiras, investimento na produção do míssil Astros, nas Forças Blindadas e no desenvolvimento de drones e helicópteros em colaboração com a empresa Avibras. O general mencionou que o Exército busca distender e normalizar as relações após um conturbado período político. Ele comentou sobre o valor previsto no orçamento, que representa um aumento de R\$ 300 milhões em relação ao ano anterior, permitindo a aquisição de material militar para fortalecer a capacidade de defesa. O Guarani, veículo militar blindado de combate, foi destacado pelo jornal como o centro de uma polêmica, devido à venda de 156 blindados para a Argentina em que o Ministério da Fazenda estaria relutante em liberar os recursos para o financiamento da compra. O general afirmou que o Exército participará de exercícios com o exército argentino, buscando estreitar laços e a cooperação com países vizinhos. Ele destacou a importância de garantir a capacidade de dissuasão e autonomia decisória na região sul-americana. Sobre a indústria nacional, o general apontou que, apesar da capacidade da instituição, a falta de encomendas suficientes dificulta o atendimento das demandas, e que o investimento em projetos estratégicos aciona uma cadeia envolvendo universidades e a indústria. Quanto à redução de despesas discricionárias, o general ressaltou que um estudo detalhado será realizado para identificar possíveis cortes, mas o assunto ainda está em negociação. Para ele, essas despesas são essenciais para o dia a dia e funcionamento das unidades militares. (O Estado de S. Paulo – Política – 29/07/23)

3- Construção do primeiro submarino nuclear custará bilhões, afirmou almirante Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, a Marinha tem negociado contratos bilionários para a terceira fase do seu Programa de Desenvolvimento de Submarinos, o Prosub, que conta com a parceria da empresa francesa Naval Group e da Universidade de São Paulo (USP). O submarino projetado e construído a partir do Prosub será o primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear, e as duas primeiras fases já custaram R\$ 40 bilhões para as Forças Armadas. De acordo com o almirante de esquadra da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, Petrônio Augusto Siqueira de Aguiar, a terceira etapa do projeto “deve consumir outros bilhões”. Para o almirante, no entanto, “fechar parcerias com indústrias desde o começo do desenvolvimento tecnológico” é o maior desafio. Por isso, a Marinha mostrou estar disposta a “fazer um bom negócio para o submarino nuclear”, cogitando, inclusive, produzir submarinos para países vizinhos na América do Sul. (O Estado de S. Paulo - Política - 30/07/23)

4- Inquérito militar apontou erros do GSI no 8 de janeiro

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o inquérito policial militar que investiga os atos golpistas em 8 de janeiro de 2023 apontou “indícios de responsabilidade” da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), órgão da Presidência da República responsável pela segurança do Palácio do Planalto. O

documento apontou também erros por parte da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) e eximiu as tropas militares da responsabilidade pelos atos. Os jornais afirmaram que a investigação indicou a responsabilidade da secretaria do GSI de forma genérica, sem mencionar o nome dos responsáveis. O inquérito revelou que o número de militares presentes era menor do que o disponível em 31 de julho de 2022, quando o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PL) convocou manifestações contra o Supremo Tribunal Federal (STF), e que não houve convite por parte da SSP-DF ao GSI e ao Comando Militar do Planalto para uma reunião que ocorreu em 6 de janeiro. O inquérito corrobora com o relatório feito pelo Exército, que indicou falta de planejamento por parte do GSI, que também não acionou a tropa de choque da Guarda Presidencial. O relatório ainda responsabilizou o general Carlos Feitosa Rodrigues, ex-secretário de Segurança e Coordenação Presidencial, e o coronel Wanderli Baptista da Silva Júnior, ex-chefe do Departamento de Segurança Presidencial, por não terem levado em consideração as informações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que alertou sobre riscos de ataque e depredações de prédios públicos de Brasília, inclusive na véspera das invasões, e acionado as tropas do Exército. Ainda de acordo com a *Folha* e o *Correio*, por haver fortes suspeitas de que havia uma conspiração golpista com participação de militares que assessoravam diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro, o depoimento de Saulo Moura da Cunha, ex-diretor-adjunto da Abin, que será ouvido em 01/08/23, é considerado muito importante, mesmo se permanecer em silêncio. A omissão do GSI em 8 de janeiro é o principal argumento da oposição parlamentar na CPMI de que os atos teriam sido uma “armação” do próprio governo federal para justificar a repressão aos acampados em frente ao quartel-general do Exército. Ambos os inquéritos minimizam a presença de acampamentos de cunho golpista em Brasília, conforme questionado pela atual presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), a deputada federal Gleisi Hoffmann (RS). Militares ouvidos afirmam que a área foi ocupada de forma pacífica, citando que a ação do Comando Militar do Planalto para reduzir o número de manifestantes começou a ocorrer em 15/11/2022, conforme o documento, informação destoante da fala do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Segundo ele, a PF quis remover duas vezes os acampamentos montados após a campanha eleitoral de 2022, mas o Exército não permitiu, e acrescentou que houve “complacência de várias entidades e órgãos públicos de manutenção daqueles acampamentos”. (*Correio Braziliense* – Política – 01/08/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 01/08/23)

5 - Ex-diretor da Abin declarou ter alertado GSI sobre possibilidade de atentados em 8 de janeiro

Em reportagem publicada no jornal *Correio Braziliense*, durante depoimento realizado no dia 01/08/2023 à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Golpistas de 8 de janeiro, o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Saulo Moura da Cunha, declarou ter avisado o então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias, com antecedência de uma hora sobre a possibilidade de invasão das sedes dos Três Poderes. Em resposta, Dias teria pedido que entrasse em contato com seus auxiliares e não o envolvesse no caso; o general também teria solicitado para que excluísse seu nome da planilha que mostrava quem recebeu os alertas

emitidos pela agência nos dias precedentes aos ataques, pedido acatado por Saulo. O Exército responsabilizou o GSI pela falta de reação, bem como o não acionamento da Guarda Presidencial. O *Correio* informou que durante o dia 8 de janeiro, os responsáveis diretos pela defesa do palácio eram oficiais indicados pelo general Augusto Heleno, chefe do GSI do governo Bolsonaro. Segundo o *Correio*, “O relatório do Exército responsabiliza o general Carlos Feitosa Rodrigues, ex-secretário de Segurança e Coordenação Presidencial, e o coronel Wanderli Baptista da Silva Junior, ex-chefe do Departamento de Segurança Presidencial, por não terem levado em consideração as informações da Abin e acionado as tropas do Exército.”. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* afirmou a necessidade de o Exército investigar o 8 de janeiro sem adentrar o corporativismo. O inquérito militar que investigou as falhas na proteção do Palácio do Planalto concluiu que a responsabilidade em proteger o patrimônio dos vândalos era do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ficando à cargo da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial e do Departamento de Segurança Presidencial, ambos sob gerenciamento do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), a incumbência de realizar um planejamento adequado para evitar o vandalismo. O jornal ressaltou que o inquérito encobre a tolerância dos militares com acampamentos golpistas em frente a quartéis, bem como a sua participação nos atos de depredação ou uma participação mais concreta nos ataques, citando o caso que envolve mensagens encontradas no celular do tenente-coronel Mauro Cid, trocadas com o coronel Jean Lawand Junior. Segundo a *Folha*, “o Exército [...] não parece ter empregado todo o rigor necessário em uma investigação de grande peso para o país”, e apontou ainda a necessidade de entender o porquê de o general Carlos Feitosa Rodrigues, então chefe da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, não ter sido ouvido no inquérito. ((*Correio Braziliense* – Política – 02/08/23; *Folha de S. Paulo* – Editorial – 02/08/23)

6- General Gonçalves Dias depôs na CPI do MST

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* informou que o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Marco Edson Gonçalves Dias, foi interrogado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento Sem Terra (MST) no dia 01/08/23. Apesar de ter sido convocado para relatar sobre as ações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em relação ao monitoramento das invasões de terra no país, Dias também foi questionado sobre os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e não respondeu. De acordo com a *Folha*, contudo, o general levou uma “cola” referente às perguntas, que dizia, dentre outras coisas, “lealdade ao PR”, fazendo referência ao presidente Lula (PT), “porquê da minha demissão, ato pessoal/começo de envolvimento plt (sic) na minha função”, “concentrar no que eu fiz”, “narrativa – tomei todas as providências.”. O general pediu demissão do cargo em abril, após a divulgação de vídeos que mostram uma atuação duvidosa de sua parte para conter os ataques de 8 de janeiro, parecendo colaborar com os golpistas. Dias também irá prestar depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de janeiro de 2023, ainda sem data definida. (*Folha de S. Paulo* – Política – 02/08/23)

7- Investigação militar apurou transgressão disciplinar de sargento presente na invasão de 8 de janeiro

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a investigação sobre o comportamento de um sargento que cantou o hino com os invasores, nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, descartou a hipótese de crime militar. Inicialmente, o inquérito policial que investiga atuação das tropas militares que se encontravam no Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro apresentou que o terceiro-sargento Júlio César Fidelis Gomes teria cometido uma transgressão disciplinar a partir das gravações encontradas. As imagens mostram o sargento ao lado dos invasores no Salão Nobre fazendo sinais com as mãos no intuito de compelir os vândalos a cantarem o hino nacional de forma mais eloquente. De acordo com o depoimento do sargento, o mesmo estaria cantando o hino por ordem de seus superiores, o intuito seria obter a confiança dos invasores para obter o controle da conjuntura. Segundo o *Folha de S. Paulo*, o inquérito chegou à conclusão de que não houve indícios de crime devido ao fato de que a postura adotada pelo militar possuía a intenção de controlar o ambiente e conquistar a confiança dos invasores; entretanto, apresentam-se indícios de transgressão disciplinar devido à postura adotada por parte do sargento. O segundo-tenente Bill Clinton Barros Alves da Silva alegou que a ordem para cantar o hino teria sido feita pelo major Paim, que compunha o Batalhão da Guarda Presidencial, corroborando com o depoimento do sargento investigado. A princípio, a postura teria o intuito inicial seria negociar com os manifestantes. (*Folha de S. Paulo - Política - 03/08/23*)

8- Aeronaves da FAB foram utilizadas por ministros para viagens a seus estados

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, os ministros que compõem o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) utilizaram-se de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para passar os finais de semana nos estados em que residem. Entre os cinco nomes mencionados estão: Luiz Marinho, ministro do Trabalho; Fernando Haddad, ministro da Fazenda; Nísia Trindade, ministra da Saúde; Juscelino Filho, ministro das Comunicações; e Flávio Dino, ministro da Justiça e da Segurança Pública. De acordo com o periódico, os ministros de Lula fizeram, no total, 74 voos em aeronaves da FAB, sendo que “O custo aos cofres públicos de uma viagem em aeronave da FAB chega a R\$ 70 mil. Um deslocamento em voo comercial sai, em média, entre R\$1 mil e R\$3 mil, considerando o preço cheio”. A utilização das aeronaves foi justificada com a vinculação do transporte às agendas e compromissos oficiais do governo. (*O Estado de S. Paulo - Política - 03/08/23*)

9- MPF busca reverter extinção de indenização contra coronel Ustra

De acordo com matéria publicada no periódico *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) tenta reverter a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo de extinguir uma ação de indenização contra o coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, sob a alegação de que o crime teria prescrito. O crime atribuído a Ustra seria a morte do jornalista Luiz Eduardo da Costa Merlino, preso durante a Ditadura Militar (1964-1985) e morto após sessões de tortura nas instalações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI-Codi), em São Paulo, no ano de 1971. A ação foi movida por parentes do jornalista.

Segundo *O Estado*, o MPF entrou com recurso ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) alegando violação de direitos básicos durante a ditadura, e que a atitude é contrária à jurisprudência do STJ. O Tribunal de Justiça de São Paulo afirmou que “o pedido de indenização estaria sujeito às normas do Código Civil vigente à época dos fatos”. (*O Estado de S. Paulo - Política - 03/08/23*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos
Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Manuela de Jesus Brasil
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar